ATA DA 59ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 08 de novembro de 2010

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

1 Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e dez, às dez
2 horas, na Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério
3 Público do Estado do Ceará, na sede da Procuradoria Geral de
4 Justiça - PGJ, reuniram-se para a 59ª Reunião Ordinária do
5 Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
6 - CEG/FDID, sob a Presidência da **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
7 **França Pinto**, Presidente do Conselho representando a PGJ e as
8 Conselheiras e Conselheiros adiante indicados: **Dr. Fábio**
9 **Carvalho Alvarenga Peixoto**, representando a Procuradoria Geral
10 do Estado - PGE; **Dr. Márcio dos Santos Alencar Freitas**,
11 representando a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará -
12 **SECULT**; **Dra. Rimena Alves Praciano**, representando a Secretaria
13 da Saúde do Estado do Ceará - **SESA**; **Dra. Sheila Cavalcante**
14 **Pitombeira**, representando o Centro de Apoio Operacional da
15 Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Paisagismo, Patrimônio
16 Histórico e Cultural - **CAOMACE**; **Dra. Vanja Fontenele Pontes**,
17 representando o Programa Estadual de Proteção e Defesa do
18 Consumidor - **DECON**; **Dra. Antônia Helena Teixeira Gomes**,
19 representando a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará -
20 **SEFAZ**; **Dra. Karine Jucá Moreira**, representando a Secretaria do
21 Turismo do Estado do Ceará - **SETUR**. Justificou Ausência: a
22 representante do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
23 - **CONPAM**. Faltaram: o representante da 1ª Promotoria de Justiça
24 do Meio Ambiente e Planejamento Urbano - **PJMA**; o representante
25 da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior -
26 **SECITECE** e o representante da Assembleia Legislativa do Estado
27 do Ceará - **AL**. Sem Representação: as 03 (três) ONG's. **Dra. Maria**
28 **do Perpétuo Socorro França Pinto** - Bom dia para todos, nós
29 estamos na 59ª Reunião Ordinária do Egrégio Conselho Estadual
30 Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e o horário seria
31 09h, passamos para 10h, me perdoem. Verificação do quorum. Nós
32 temos aqui a presença do Dr. Márcio, Dr. Fábio, Dra. Rimena,
33 Dra. Sheila, Dra. Vanja, que pela 1ª vez está estreando, Dra.
34 Antônia Helena e Dra. Karine. Então confirmado o quorum e as
35 presenças. Ordem do Dia - Primeiro Ponto: Aprovação da Ata da
36 13ª Reunião Extraordinária. Nós vamos para aprovação da Ata.
37 Todos aprovam a ata? Aprovada a ata. Segundo Ponto:
38 Apresentação dos valores recolhidos ao FDID referente ao mês de
39 outubro de 2010. Nós já estamos beirando os R\$ 2.000.000,00
40 (dois milhões de reais), e agora com a injeção dos novos
41 promotores, vai crescer o Fundo. O problema agora é saber com o
42 que gastar. Terceiro Ponto: Deliberação sobre a solicitação da
43 Procuradoria Geral de Justiça referente ao Projeto
44 Reaparelhamento e Modernização do Ministério Público, exercício
45 2008. Quem está com essa deliberação? Quem substituiu o Dr. José
46 Filho foi o Dr. Batista. Eu fiz o Ato dele. Ele foi chamado para

47 a reunião? O que me foi dito aqui é que um passou para o outro.
48 Eu peço à Secretaria que veja esse assunto e que traga, agora na
49 outra reunião... é de 2008, estão sabendo? Quarto Ponto:
50 Sugestão de alteração na Resolução N°10/2005, Manual Básico para
51 Apresentação de Projetos. Eu tenho uma notícia que não é muito
52 boa, porque o Dr. Léo, que foi ouvido sobre essa alteração,
53 sobre a supressão de dispositivos, ele acrescentou mais. Eu
54 quero passar a palavra para a Dra. Rimena que é a Relatora. Ele
55 já cresceu dois outros assuntos. Eu não sei se ele entendeu
56 bem, se tem coisas ali que são dispensáveis. Acho que é o caso
57 da colega conversar com ele, vou lhe repassar o ofício, tudo o
58 que ele repassou para a gente. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Dra.
59 Socorro, ele se baseou muito em relação às fundações. Acredito
60 que seja a área do Centro, eu vou conversar com ele. Estamos
61 diminuindo a necessidade de documentação de três anos para dois,
62 ele quer agora as cinco últimas prestações de contas. Nossa lei
63 falava em três anos, na nossa proposta de minuta, alteramos para
64 dois anos e eles estão querendo mais. Não sei mais o que dizer.
65 Acredito que não acataremos a sugestão, pois o calhamaço de
66 documentação, de xerox, às vezes até impede a participação.
67 Vamos conversar de qualquer forma. Preparamos uma minuta que foi
68 passada para a Dra. Ivonete. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
69 **França Pinto** - A Dra. Vanja está participando pela primeira vez
70 da sessão e tem algumas outras conselheiras que estão
71 substituindo, não é o caso da Dra. Rimena explicar? **Dra. Rimena**
72 **Alves Praciano** - Nós estamos para lançar nosso edital e achamos
73 que as entidades civis estão com dificuldade de captar recursos
74 do Fundo. Estamos querendo enxugar a documentação necessária. O
75 Edital, o concurso público que anualmente a gente lança com as
76 prioridades, tudo. Eu não quis mexer muito na Resolução e a
77 gente deixa o procedimento, para o próprio edital definir, até
78 para evitar de todo ano ficar mexendo na Resolução, aí o edital
79 como tem força de lei, ele definirá para a gente não ficar
80 alterando sempre. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** -
81 A gente está falando aí só do artigo 12? **Dra. Rimena Alves**
82 **Praciano** - Não. Do artigo 1º e artigo 2º. A sugestão que fizemos
83 aqui foi no artigo 1º suprimir o subitem 2.2.3 que se refere a
84 composição da diretoria. Exigir que as entidades indicassem as
85 atividades dos profissionais da diretoria. Entendemos que isso
86 não é necessário. Nenhuma licitação, tomada de preços, carta
87 convite exige que a entidade, a empresa participante indique a
88 profissão de sua diretoria. E o item também suprimido foi o
89 2.2.6 que a gente exigia as atas das reuniões da diretoria, das
90 assembleias ordinárias ou extraordinárias nos últimos dois anos
91 da instituição. Achamos que era desnecessária essa exigência,
92 bastariam as atas normais da fundação, as alterações do Código

93 Civil, a atual diretoria... **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
94 **França Pinto** - Eu garanto a vocês que vamos iniciar o ano com
95 mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Os novos
96 Promotores e a Dra. Vanja, com a força de trabalho que ela tem,
97 vai jogar recursos direto para esse Fundo, e vai ficar uma
98 vergonha a gente não gastar nada disso no ano que vem. **Dra.**
99 **Rimena Alves Praciano** - No item 2.2.5, os balanços eram exigidos
100 nos últimos três anos. A sugestão aqui é de que os últimos dois
101 seriam suficientes. E no item 2.2.7, da mesma forma. Os
102 relatórios das atividades dos últimos três anos, entendemos que
103 os últimos dois anos seriam suficientes. Então vamos agora para
104 o item 2.3 - Documentos Necessários. Artigo 2º - suprimir os
105 subitens 4.12 e 4.13, que consideramos que por não estarmos
106 trabalhando com recursos da União, não seria necessário
107 solicitar. E o item 4.13 que é a certidão de mora, todo mundo
108 exige, não se é uma praxe, acredito que a gente possa também
109 suprimir. Afinal ninguém vai se declarar devedor. E a redação da
110 documentação, lá no caput do artigo - documentação que deverá
111 acompanhar o projeto juntamente com o plano de trabalho - essa
112 alteração, fiz o mínimo possível, deixei o procedimento para ser
113 detalhado no edital, apenas com aquelas instruções que o
114 Conselho aprovar. Modifiquei a seguinte frase: "A documentação
115 será solicitada e devidamente encaminhada após análise e
116 aprovação do projeto apresentado". Quanto ao procedimento em si,
117 a gente deixa para o lançamento do edital... **Dra. Maria do**
118 **Perpétuo Socorro França Pinto** - Em discussão aqui a alteração da
119 Resolução. Eu perguntaria para a Dra. Rimena, não consideraria a
120 sugestão do Dr. Léo? **Dra. Rimena Alves Praciano** - Eu não
121 consegui reunir a Comissão. Eu tentei, telefonei... **Dra. Maria**
122 **do Perpétuo Socorro França Pinto** - Eu queria que a sugestão do
123 Dr. Léo fosse divulgada. Todo mundo já tem? **Dra. Rimena Alves**
124 **Praciano** - Ele entende que, além das exigências já constantes na
125 Resolução, seria necessária a comprovação do registro do
126 estatuto da entidade no cartório de registro de pessoas
127 jurídicas. Exigimos apenas o CNPJ, para as associações. Ele
128 entende que a prestação de contas deverá ser comprovada nos
129 últimos 5(cinco) exercícios financeiros e aprovados pelo
130 Conselho Fiscal da entidade. Nós sugerimos nos últimos 2 (dois),
131 quando a entidade tiver tempo de existência para tal. E para as
132 fundações, a juntada da decisão do Ministério Público Estadual
133 que permitiu o registro do estatuto no cartório de registro da
134 pessoa jurídica, bem como a comprovação das suas últimas cinco
135 prestações de conta anuais aprovadas pelo Ministério Público
136 Estadual. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Eu acho
137 isso fundamental, essa última que você falou, pelo seguinte: o
138 Ministério Público Estadual não toma conhecimento das fundações.

ATA DA 59ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 08 de novembro de 2010

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

139 O terceiro setor é uma das coisas mais preocupantes que a gente
140 tem, perdemos as rédeas, ninguém toma conhecimento, e numa
141 apresentação dessas exigir, aí todo mundo vai ficar certo que
142 virá para o Ministério Público dar o parecer. A intenção é essa,
143 de fiscalizar de perto. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Aí ele
144 continua: "Seria imprescindível a comprovação que os
145 instituidores da fundação integralizaram o patrimônio inicial
146 determinando em seus respectivos estatutos, através de depósitos
147 bancários ou, no caso de bens imóveis, pela transferência das
148 titularidades nas zonas imobiliárias". E a comprovação da
149 existência da fundação está garantida. Eu acho bem interessante.
150 **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - a gente procede a
151 fiscalização, o parecer. Acresceria nos "documentos
152 necessários"? No subitem 4.14? Em discussão. Dr. Márcio? Dr.
153 Márcio dos Santos Alencar Freitas - Teria que ser
154 necessariamente as cinco últimas prestações de contas aprovadas
155 pelo MP? **Dr. Fábio Carvalho Alvarenga Peixoto** - Pedir isso não
156 vai complicar mais? Mais um documento? Ela comprovando que ela
157 existe não supre a necessidade da comprovação? Vai ser mais
158 documento a apresentar. Tem coisa que não dá para dispensar. **Dr.**
159 **Márcio dos Santos Alencar Freitas** - Antes de aprovar ou não,
160 seria melhor conversar com ele o porquê dessa exigência. Não
161 adianta a gente aprovar e depois o Ministério Público achar que
162 tem algo errado. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** -
163 Desculpe, eu estava debatendo um assunto. Se vocês abrirem a
164 página nº 7 da Revista do Ministério Público, aí na posse dos
165 novos Promotores, estou pedindo que abra uma página só com
166 informações do FDID. A Assessoria de Imprensa da PGJ vai ligar
167 para pedir entrevistas. Isso aqui vai para todo Promotor, todo
168 Procurador-Geral no Brasil e a gente vai fazer uma grande mídia
169 do FDID através da nossa revista. **Dr. Fábio Carvalho Alvarenga**
170 **Peixoto** - Eu peguei uma condenação da Justiça Federal de
171 pagamento de condenação em ação civil pública para o Fundo
172 Federal. Recorri e acho que a praxe continua sendo de condenar a
173 pagar ao Fundo Federal. Acho bom reiterar ofícios... **Dra. Maria**
174 **do Perpétuo Socorro França Pinto** - Em cima desse fato concreto.
175 **Dr. Márcio dos Santos Alencar Freitas** - Minha sugestão é a
176 seguinte: inicialmente, a gente conversar com o Procurador para
177 saber o porquê dos cinco anos, para a gente não deliberar uma
178 coisa e depois ter de voltar atrás na outra reunião. **Dra. Rimena**
179 **Alves Praciano** - Eu converso com ele. **Dra. Maria do Perpétuo**
180 **Socorro França Pinto** - A gente deveria deixar os cinco ou dois
181 anos? Estão suspensos os debates para reiniciarmos em dezembro
182 após a conversa da Dra. Rimena com o Promotor Dr. Leo Charles.
183 Quinto Ponto - Comunicação do Tribunal de Contas do Estado do
184 Ceará referente a prestação de contas do FDID, exercício de

ATA DA 59ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 08 de novembro de 2010

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

185 2008. Sexto Ponto: Assuntos Gerais. Está facultada a palavra. A
186 Secretária vai ler as comunicações. **Dra. Maria Ivonete Batista**
187 **Albuquerque** - Foram enviados os ofícios: N° 171/2010 ao Dr. Leo
188 Charles Henri Brossar II solicitando a revisão dos documentos
189 necessários a serem apresentados pelas ONGs na apresentação dos
190 projetos; N° 172/2010, à Dra. Vanja Fontenele Pontes, formulando
191 votos de sucesso na sua nova função; N° 173/2010, ao Dr. José
192 Leite Jucá Filho, solicitando informações sobre os processos
193 originários da PGJ para procedimentos de execução, cuja
194 arrecadação deverá ser recolhida à conta do FDID; N° 174/2010 e
195 175/2010, enviados à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de
196 Contas do Estado, informando o demonstrativo financeiro do FDID
197 referente ao mês de setembro/2010; N° 176 a 183/2010, enviados
198 aos dirigentes das entidades que compõem o Conselho Gestor do
199 FDID solicitando desses a criação de *hyperlink* de acesso ao FDID
200 na sua página oficial, na *internet*, objetivando maior divulgação
201 do mesmo; Ofício Circular N° 04/2010, aos Juizes Estaduais, e o
202 Ofício Circular N° 05/2010, aos Juizes Federais, encaminhando a
203 Lei Complementar N°46/2004 e o Decreto N° 27.526/2004 e dados da
204 conta do FDID; Ofício N° 06/2010, aos Promotores de Justiça,
205 enviados por *e-mail*, encaminhando cópia do Edital CEG/FDID e a
206 Resolução CEG/FDID N° 28/2010, que dispõem sobre as inscrições
207 das ONGs que tenham interesse em compor o Conselho Gestor do
208 FDID, para divulgação. A informação está disponibilizada também
209 na *internet*, e a Secretaria de Imprensa da PGJ já as enviou para
210 a TV e Rádio Assembleia e TV União; N° 196/2010, ao Dr. Raimundo
211 Batista de Oliveira comunicando sua indicação para cumprir
212 mandato como Conselheiro representante da Promotoria de Justiça
213 do Meio Ambiente e Planejamento Urbano - PJMA; N° 197/2010, para
214 o Dr. Francisco de Oliveira Filho, comunicando o cumprimento do
215 seu mandato como conselheiro representante da PJMA e agradecendo
216 pela assiduidade e importantes contribuições nas discussões dos
217 assuntos tratados por esse colegiado. **Dra. Sheila Cavalcante**
218 **Pitombeira** - Ofícios ao Ministério Público do Trabalho,
219 Ministério Público Federal, sobre o FDID, para que eles fiquem
220 atentos na hora das condenações e ao Procurador Geral do Estado
221 para que ele veicule entre os Procuradores que as ações em que o
222 Estado estiver participando em qualquer dos fóruns, vindo uma
223 condenação, lembrar que aquele valor deve ser creditado e
224 encaminhado ao Fundo Estadual e não ao Fundo Federal. O
225 Presidente do Tribunal Federal, o Presidente do Tribunal do
226 Trabalho do Ceará. E, aí tem de partilhar. Eu sugiro que seja
227 encaminhado um ofício convidando a Fundação Casa Grande para ela
228 participar, pois quando eu estive em Santana do Cariri, um mês
229 atrás, falei do FDID e da necessidade de ONGs para compor o
230 Conselho do FDID, e eles ficaram muito interessados. Então nós

ATA DA 59ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 08 de novembro de 2010

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

231 poderíamos formalizar o convite, se eles têm interesse... **Dr.**
232 **Fábio Carvalho Alvarenga Peixoto** - Não poderia abrir um edital
233 para convocar estas pessoas? A gente poderia mandar não só para
234 essa, mas para todas que tivermos conhecimento. São três que
235 compõem o Conselho. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**
236 - A Secretária irá ler o ofício de aprovação de nossas contas do
237 exercício de 2008. **Dra. Maria Ivonete Batista Albuquerque** -
238 "PARECER Nº 0593/2010-MP-TCE/CE. PROCESSO: Nº 04346-2009-7.
239 INTERESSADO: Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto.
240 ENTIDADE: Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do
241 Ceará - FDID. ASSUNTO: Prestação de Contas referente ao
242 exercício de 2008. Versam os presentes autos sobre a prestação
243 de Contas Anual do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - FDID,
244 relativa ao exercício financeiro de 2008. A 9ª ICE, através do
245 Certificado nº 0095/10 (fls. 100/102), após a oitiva da
246 responsável sobre os questionamentos levantados no Certificado
247 n] 0074/10 (fls. 86/89), entendeu que "os esclarecimentos
248 apresentados foram suficientes para dirimir as dúvidas
249 levantadas". Outrossim, opinou pelo julgamento das presentes
250 contas como regulares, dando-se a quitação plena à responsável.
251 Este *Parquet* especial, orientando-se pelo estudo elaborado pela
252 Inspeção e pelos documentos colacionados nos autos, corrobora
253 o entendimento da 9ª ICE, uma vez que me pareceram elucidados os
254 questionamentos formulados. Ademais, não vislumbrei outras
255 ocorrências nesta prestação de contas, bem como não foram
256 apontados outros indícios de irregularidades pelo órgão
257 instrutivo. Em vista do exposto, com fundamento nos argumentos
258 trazidos pelo órgão instrutivo desta Corte, e com base nas
259 razões acima aduzidas, adiro à sugestão proposta pela 9ª ICE de
260 que as presentes contas sejam julgadas regulares, dando-se a
261 quitação plena à responsável pelo FDID no exercício de 2008. É o
262 parecer, salvo melhor juízo. Fortaleza, 20 de julho de 2010.
263 Rholden Botelho de Queiroz, Procurador do Ministério Público de
264 Contas". **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Aprovada
265 as contas de 2008. **Dr. Márcio dos Santos Alencar Freitas** - Quero
266 informar que já está sendo providenciado as alterações no sítio
267 da SECULT e, dentro dessas alterações está inserido o *link* para
268 o FDID. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Gostaria de informar que a
269 SESA também está providenciando o *link* para o FDID. **Dra. Vanja**
270 **Fontenele Pontes** - Estou chegando, vou ficar calada,
271 quietinha, ouvindo e aprendendo para poder me manifestar.
272 Estou aqui para trabalhar, estou à disposição para o que
273 for preciso e possível, e me comprometer com o trabalho
274 desse Conselho. **Dra. Antônia Helena Teixeira Gomes** - Quero dar
275 boas vindas a Dra. Vanja que vem acrescentar ao nosso Conselho,

ATA DA 59ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 08 de novembro de 2010

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

276 e desejar que, embora esta não seja nossa última reunião, que em
277 2011 a gente consiga aprovar mais projetos. **Dra. Sheila**
278 **Cavalcante Pitombeira** - No período de 13 a 17 de dezembro nós
279 iremos ter aqui a Semana do Ministério Público. Foi
280 institucionalizada esta semana, porque o dia 14 é o Dia Nacional
281 do MP e durante as manhãs, de 13 a 17, nós teremos aqui
282 palestras, discutindo as alterações da Legislação Processual
283 Civil, Processual Penal, questões relacionadas à Infância e
284 Juventude, questões relacionadas aos Direitos Humanos. Durante a
285 tarde nós teremos oficinas mais fechadas aos membros do MP para
286 uma reavaliação da proposta institucional e verificar os pontos
287 críticos, os pontos vulneráveis para uma atuação mais concisa,
288 voltada ao interesse da comunidade, e teremos muito prazer em
289 receber os representantes do Conselho nessas nossas solenidades
290 e aos eventos que estão abertos. No dia 14, à noite, nós teremos
291 uma solenidade de homenagem ao Ministério Público, onde será
292 agraciado nosso membro padrão, o servidor padrão. Dra. Socorro
293 está preparando a solenidade muito bonita, como ela sempre
294 consegue fazer, e esperamos a participação de todo o Conselho.
295 Estamos avisando para vocês anotarem na agenda. **Dra. Maria do**
296 **Perpétuo Socorro França Pinto** - A presença é importante.
297 Encerrada a sessão.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Presidente do **CEG/FDID**

Márcio dos Santos Alencar Freitas
Conselheiro - **SECULT**

Rimena Alves Praciano
Conselheira - **SESA**

Fábio Carvalho Alvarenga Peixoto
Conselheiro - **PGE**

Vanja Fontenele Pontes
Conselheira - **DECON**

Sheila Cavalcante Pitombeira
Conselheira - **CAOMACE**

Antônia Helena Teixeira Gomes
Conselheira - **SEFAZ**

Karine Jucá Moreira
Conselheiro - **SETUR**